

**RENATA C. STEINER**

*Doutoranda em Direito Civil na Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito das Relações Sociais na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora visitante, durante Mestrado, na Universidade de Augsburg, Alemanha. Advogada em Curitiba-PR.*

# **DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL**

## **BOA-FÉ E VIOLAÇÃO POSITIVA DO CONTRATO**

Editora Quartier Latin do Brasil  
São Paulo, verão de 2014  
quartierlatin@quartierlatin.art.br  
www.quartierlatin.art.br

**EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL**

Rua Santo Amaro, 316 – Centro – São Paulo

Contato: [quartierlatin@quartierlatin.art.br](mailto:quartierlatin@quartierlatin.art.br)  
[www.quartierlatin.art.br](http://www.quartierlatin.art.br)

**Coordenação editorial: Vinicius Vieira**

**Diagramação: Antonio Marcos Cavalheiro**

**Revisão gramatical: Ronaldo Santos Soares**

**Capa: Eduardo Nallis Villanova**

**STEINER, Renata C. Descumprimento Contratual:  
Boa-fé e Violação Positiva do Contrato. São Paulo:  
Quartier Latin, Janeiro de 2014.**

ISBN 85-7674-699-9

1. Direito Civil. 2. Contratos. I. Título

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil: Direito Civil
2. Brasil: Contratos

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## SUMÁRIO

Agradecimentos.....	11
Prefácio.....	13
Apresentação da Autora.....	19
Apresentação do Livro.....	21

### Introdução, 23

#### Parte I

### O Direito das Obrigações na Contemporaneidade, 33

#### Seção I – Premissas do caminho a ser percorrido:

o desatar dos nós .....	35
§ 1º Negócio jurídico e Contrato em juízo histórico .....	35
1. Historiografia jurídica crítica.....	35
2. O Direito como produto cultural e social .....	37
§ 2º O conceito de relação jurídica obrigacional:	
a construção da Pandectística.....	38
1. A construção histórica do Direito das Obrigações .....	38
2. Crítica à abstração conceitual .....	42
§ 3º Juízo Histórico da Pandectística: estrutura e função	
do Direito Obrigacional .....	43
1. Propriedade, contrato e Codificação .....	43
1.1. Consagração da propriedade privada e	
sujeito de direito .....	44
1.1.1. Função da Pandectística .....	45
2. A lapidação do contrato: conceito e abstração .....	46
2.1. Função do contrato: da Modernidade	
à contemporaneidade .....	47
§ 4º A revisão dos postulados modernos.....	49

1. Inserção do conceito de contrato em contexto histórico-social .....	49
2. Direito, realidade e concretude.....	51

Seção II – O princípio da boa-fé objetiva na complexidade obrigacional .....	55
§ 5º O conteúdo da relação jurídica obrigacional .....	55
1. Conceito de relação jurídica.....	57
2. Relação jurídica e abstração.....	58
§ 6º Revisão crítica do conceito de obrigação .....	60
1. Relação obrigacional: estrutura, processo e organismo ....	60
1.1. A doutrina alemã.....	60
1.2. A importância do § 242 do BGB (cláusula de boa-fé).....	62
§ 7º Cláusula geral de boa-fé no Direito Brasileiro .....	65
1. O princípio da boa-fé objetiva .....	65
2. As cláusulas gerais .....	68
3. Funções do princípio da boa-fé .....	69
3.1. Função integrativa da boa-fé: criação de deveres laterais.....	70
3.2. Boa-fé e autonomia privada .....	72
3.3. Convivência harmônica de princípios contratuais: os novos pilares do contrato .....	74
§ 8º Complexidade intraobrigacional.....	76
1. O conteúdo da complexidade: LARENZ e COUTO E SILVA.....	76
2. Relação jurídica obrigacional e cooperação.....	78
3. A complexidade interna: a união e não mera soma de deveres contratuais.....	80
4. Nova racionalidade, novo contrato: o papel da boa-fé no desenho da complexidade .....	83

Seção III – Deveres laterais de conduta decorrentes da boa-fé objetiva .....	87
§ 9º A classificação e o problema terminológico .....	87

1. Deveres de prestação: principais e secundários .....	89
2. Deveres de Proteção: deveres laterais de conduta .....	90
2.1. Características específicas dos deveres laterais de conduta .....	91
2.2. Sistematização dos deveres laterais.....	94
§ 10º Deveres de informação e esclarecimento .....	100
1. Deveres de informar nas relações civis e de consumo .....	100
2. Deveres objetivados no CDC e deveres laterais de conduta .....	104
3. Análise casuística do dever de informação .....	107
§ 11 Deveres de cuidado e proteção .....	109
1. Proteção do partícipe contratual: direitos patrimoniais e pessoais.....	109
2. Dever de proteção: gênero e espécie .....	110
3. Reconhecimento doutrinário e jurisprudencial: contrato e contato social .....	112
§ 12 Deveres de lealdade e cooperação .....	116
1. Atuação positiva e negativa do dever de lealdade.....	116
2. A distinção de fases contratuais .....	117
§ 13 Dupla Natureza .....	120

## Parte II

### Descumprimento Contratual, 123

Seção I – Descumprimento Contratual no Direito brasileiro .....	125
§ 14 O estado da arte do descumprimento contratual: uma visão panorâmica.....	125
1. A disciplina legal: da literalidade do art. 389 à compreensão doutrinária.....	125
2. A patologia do descumprimento contratual .....	128
2.1. Distinção dos regimes de descumprimento contratual....	129
2.2. A causa (imputação).....	130
2.2.1. Culpa e imputação .....	131

2.2.2. Imputação e dever de reparar.....	133
§ 15 Inadimplemento Absoluto.....	135
1. Conceito de “impossibilidade” .....	136
1.1. A importância da “impossibilidade” .....	136
1.2. Impossibilidade: base do inadimplemento absoluto.....	139
1.2.1. A impossibilidade imputável e não imputável.....	139
1.2.2. Impossibilidade, inadimplemento absoluto e extinção da relação jurídica obrigacional .....	142
2. Espécies de Inadimplemento Absoluto .....	145
2.1. Elementos constitutivos .....	145
2.1.1. A impossibilidade sob ponto de vista do credor .....	147
2.1.2. A transformação da mora em inadimplemento absoluto.....	148
2.2. Síntese conclusiva .....	149
§ 16 Mora .....	150
1. Mora e inadimplemento absoluto: em busca de seus elementos estruturantes.....	150
1.1. Conceituação .....	151
1.2. Abrangência da mora: tempo, lugar e forma? .....	153
1.3. O atraso como núcleo da mora .....	158
2. Mora e cumprimento imperfeito .....	163
2.1. Diálogo entre mora e cumprimento imperfeito.....	165
2.2. Mora e regramento dos vícios.....	168
2.2.1. Código Civil e Código de Defesa do Consumidor.....	170
2.3. Conclusivamente .....	173
 Seção II – Perturbações na relação obrigacional no Direito Alemão ..	175
§ 17 O Direito das Obrigações alemão em perspectiva: antes e depois da Reforma .....	175
1. Lei de Modernização do Direito Obrigacional .....	175
1.1. Conceito de “violação de deveres” ( <i>Pflichtverletzung</i> ).....	176
2. A impossibilidade (I) .....	179
2.1. A impossibilidade antes e depois da Reforma .....	180

2.2. Impossibilidade no Direito alemão e inadimplemento absoluto no Direito brasileiro.....	183
2.2.1. Impossibilidade de alcance do objetivo e desaparecimento do objetivo.....	186
2.2.2. Nexo de imputação: critério distintivo .....	187
2.3. Peculiaridades do conceito de impossibilidade no Direito alemão .....	189
2.3.1. O esforço demandado do devedor e interesse do credor .....	190
2.3.2. Obrigações personalíssimas.....	192
2.3.3. O § 280 do BGB.....	193
3. Mora ( <i>Verzug</i> ).....	194
3.1. Mora e atraso .....	194
3.2. Mora e deveres de prestação .....	196
Seção III – A violação positiva do contrato .....	199
§ 18 O nascimento da doutrina no Direito alemão .....	199
1. A lacuna conceitual do BGB .....	199
1.1. A inserção da violação positiva do contrato na Reforma .....	200
1.2. A “descoberta” de Hermann STAUB.....	202
1.2.1. O caráter positivo: nota distintiva .....	203
1.2.2. A fundamentação prática da figura .....	205
1.2.3. Teoria negativa da violação positiva.....	207
1.2.4. Casos de estudos: para além da formulação original .....	208
§ 19 Fundamentos doutrinários da violação positiva do contrato no Direito brasileiro .....	210
1. Revistando o conceito de descumprimento .....	210
1.1. A “lacuna conceitual” do Código Civil brasileiro .....	211
§ 20 Cumprimento imperfeito e violação positiva do contrato .....	214
1. A abrangência do termo “cumprimento imperfeito” .....	214
1.1. Requisitos do cumprimento imperfeito .....	214
1.2. O “imperfeito” como adjetivo do objeto da prestação .....	218
1.3. Para a autonomia da figura: o dano sequencial.....	219

1.3.1. Danos sequenciais e vícios .....	221
1.3.2. Danos do vício e danos sequenciais do vício .....	223
1.3.3. A diferenciação no CDC.....	226
1.4. Campo de aplicação do cumprimento imperfeito .....	227
§ 21 Quebra de deveres laterais de conduta .....	230
1. Violação à boa-fé.....	231
2. Exclusão da pretensão à prestação e espécie de dever descumprido .....	232
3. A quebra de deveres e responsabilidade contratual.....	234
3.1. Ação ou omissão faltosa.....	235
4. Conceito positivo da violação positiva do contrato.....	237
§ 22 Conseqüências da violação positiva do contrato .....	239
1. Responsabilidade civil por danos .....	239
1.1. Natureza contratual da responsabilidade .....	240
1.1.1. A dispensa da "culpa" .....	241
1.1.2. Ônus probatório, subsistência nos casos de nulidade contratual e eficácia a terceiros .....	243
2. Direito à resolução contratual.....	245
2.1. Contratos de execução continuada e de longa duração .....	246
2.2. A substancialidade do inadimplemento: ou do adimplemento substancial .....	246
2.3. Interesse das partes como baliza da análise.....	248
3. A exceção de contrato não cumprido .....	249
3.1. A qualidade ou gravidade da violação .....	250
3.2. A <i>exceptio non rite adimpleti contractus</i> .....	250
3.3. O critério da boa-fé objetiva .....	251

## Considerações Finais, 253

Bibliografia .....	259
Índice Remissivo .....	267